

REPÚBLICA DE ANGOLA

UNITA

COMITÉ PERMANENTE DA COMISSÃO POLÍTICA



COMUNICADO DO COMITÉ PERMANENTE SOBRE O GENOCÍDIO DO MONTE SUMI

O Comité Permanente da Comissão Política da UNITA reuniu aos 29 de Abril de 2015, em sessão extraordinária, sob a presidência de Isaías Henrique Gola Samakuva, Presidente da UNITA, para apreciar o Relatório dos Deputados do Povo à Assembleia Nacional a quem foi incumbida a missão de constatar, no Huambo, a veracidade dos factos relatados nas queixas, denúncias e reclamações recebidas de diversas famílias, sobre os acontecimentos ocorridos no monte Sumi, município da Caála, no dia 16 do corrente, ligados à seita Luz do Mundo, liderada por José Julino Kalupeteka.

Da análise do Relatório, o Comité Permanente registou o seguinte:

- a) Os deputados do povo trabalharam no Huambo durante quatro dias, tendo reunido com as autoridades locais, recolhido imagens vídeo e fotografias sobre a chacina, e registado depoimentos de dezenas de cidadãos, entre sobreviventes do genocídio ocorrido no monte Sumi, familiares das pessoas até hoje desaparecidas,

testemunhas que presenciaram e escaparam dos assassinatos, religiosos, polícias e militares que participaram na operação.

- b) Os deputados do povo não tiveram acesso à área onde a maioria dos crimes terá ocorrido porque foram impedidos por ordens ditas superiores. Apesar das garantias fornecidas pelo Governador da Província, em reunião, de que iriam ao local para constatar os factos in loco, no dia seguinte, na hora da partida, o acesso foi-lhes negado pelas autoridades locais que alegaram possuir “ordens superiores” que proibiam os deputados de ir ao Sumi, ficando da inteira responsabilidade destes quaisquer consequências que resultassem de uma eventual deslocação.
- c) Em resposta ao assassinato de nove cidadãos da Polícia Nacional atribuído a membros da seita “A Luz do Mundo”, o povo registou actos de perseguição, raptos e de caça ao homem contra cidadãos indefesos, membros e não membros da seita “A Luz do Mundo”. Registou em particular o desaparecimento de muitos cidadãos e o assassinato de mais de mil, dentro e fora da área cujo acesso foi vedado aos deputados.
- d) Nem todos os perseguidos, mortos e desaparecidos são membros da seita Kalupeteka. Dezenas de camponeses que residem ou que foram encontrados nas suas lavras, situadas próximo do monte Sumi e vizinhanças das Comunas do Cuima e Catata, há quilómetros de distância do principal local dos crimes, também terão sido assassinados.
- e) Há insistentes relatos da existência de valas comuns no local cujo acesso foi bloqueado aos deputados do povo, onde um número indeterminado de cadáveres teria sido enterrado e desenterrado posteriormente para serem escondidos em valas mais pequenas na região circunvizinha.

- f) Há sérias contradições na versão oficial dos acontecimentos.
- g) Há um clima de terror na Província, em particular nos Municípios da Caála e do Huambo e um grande sentimento de repulsa pelos actos de violação dos direitos humanos que terão sido cometidos pelas autoridades públicas.
- h) Aos deputados do Povo também foi negada a visita ao cidadão José Kalupeteka, cujo paradeiro continua desconhecido.

Em face dessas constatações e considerando, em particular, as obstruções e contradições nas declarações oficiais, criadas pelas autoridades a quem incumbe proteger a vida e garantir o respeito pelos direitos humanos, universalmente consagrados, o Comité Permanente da Comissão Política conclui que algo de muito grave terá ocorrido no Monte Sumi e arredores, no dia 16 do corrente e seguintes.

Assim sendo, e considerando o facto de que Angola é membro de organizações internacionais que devem garantir a inviolabilidade da vida e assegurar o respeito pelos direitos humanos e a paz e segurança das famílias, povos e nações;

O Comité Permanente da Comissão Política da UNITA decidiu:

- a) Lamentar e condenar mais uma vez os assassinatos de agentes da autoridade e de centenas de civis indefesos ocorridos na Província do Huambo no dia 16 do corrente e seguintes.
- b) Repudiar energicamente o clima de terror que se criou na Província do Huambo visando coarctar as liberdades democráticas dos cidadãos.

- c) Solicitar aos órgãos competentes da Organização das Nações Unidas e outras, a realização de um inquérito rigoroso e imparcial sobre o genocídio do Monte Sumi.

Luanda, 29 de Abril de 2015

O Comité Permanente da Comissão Política da UNITA